

13 FEV 1992

ESTADO DE SÃO PAULO

Ministros definem as prioridades

José Varella/AE

BRASÍLIA — Durante duas horas de reunião com os líderes do governo no Congresso, os ministros da Justiça, Jarbas Passarinho, da Ação Social, Ricardo Fiúza, e da futura Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, discutiram a estratégia para ampliar a base de apoio ao presidente Fernando Collor na Câmara e no Senado. O grupo começou a preparar um calendário de atuação conjunta para assegurar a votação, ainda no primeiro semestre, dos projetos de interesse da administração federal. "A tendência é aumentar a participação dos partidos no governo", revelou o líder na Câmara, Humberto Souto (PFL-MG).

Cauteloso, o parlamentar recusou-se a fornecer outros detalhes. Sabe-se, porém, que os assessores do presidente estudam a possibilidade de entregar ao PL o futuro Ministério do Trabalho, desmembrado do da Previdência, e em nomear para cargos de segundo escalão pessoas ligadas a outros partidos, de modo a tornar mais consistente o apoio ao governo no Congresso.

Preocupados com o reinício das atividades parlamentares na segunda-feira, o grupo de elite da articulação política pró-Collor começou a elaborar, na reunião de ontem, com nova rodada marcada para hoje, um cronograma para o acompanhamento dos trabalhos do Congresso. O ministro da Justiça acredita que nenhum projeto será aprovado no segundo semestre, por causa das eleições municipais: "O



Estratégia em debate

Passarinho e Bornhausen, com os líderes: tática para a votação de projetos de interesse do governo

Congresso vai entrar no chamado recesso branco, pois muitos parlamentares são candidatos a prefeito."

Na semana que vem Passarinho pretende iniciar a negociação para aprovar o projeto de lei que cria a Secretaria de Governo. Depois, antecipou, todos vão se esforçar para transformar em lei a parte do Emendão relativa à abertura da economia. "Sem mudanças o programa econômico ficará comprometido", observou.

Assim, os articuladores políticos do governo querem aprovar, até junho, a segunda fase da reforma tributária, o projeto de propriedade industrial, a desregulamentação dos portos, o limite nos gastos de Estados e municípios e os projetos relativos à modernização da economia. Entre eles, as mudanças na concessão de serviços de telecomunicações, o fim do monopólio do petróleo e a abertura para o capital estrangeiro.